

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas da
T4F Entretenimento S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

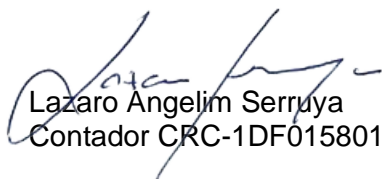
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, de 31 de dezembro de 2020 e a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e de revisão, sem modificações, datados de 30 de março de 2021 e 12 de agosto de 2020, respectivamente.

São Paulo, 12 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP034519/O-6



Lázaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de JUNHO (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	170.969	173.690	194.406	201.914
Contas a receber de clientes	8	15.974	4.888	28.145	10.768
Estoques		116	116	843	866
Impostos a recuperar	9	23.673	16.549	30.910	25.518
Adiantamentos a fornecedores	10	1.531	1.428	3.955	4.772
Custos antecipados	11	20.662	-	21.962	-
Outras contas a receber	12	10.579	10.646	12.840	12.743
Total do ativo circulante		243.504	207.317	293.061	256.581
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Contas a receber de clientes	8	-	20.377	-	23.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	44.961	44.821	50.009	48.942
Depósitos judiciais	21	5.973	5.957	8.228	8.132
Custos antecipados	11	6.803	52.924	6.967	54.472
Partes relacionadas	13	45.741	42.589	7.642	7.469
Total do realizável a longo prazo		103.478	166.668	72.846	142.629
Investimentos em controladas	14.a)	80.427	85.664	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	81.932	81.932	-	-
Imobilizado	15.a)	3.583	5.023	7.785	9.630
Bens de direito de uso	15.d)	8.942	17.069	9.012	17.175
Intangível:					
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	-	-	100.570	99.519
Outros intangíveis	15.c)	3.006	2.359	4.466	3.715
Total do ativo não circulante		281.368	358.715	194.679	272.668
TOTAL DO ATIVO		524.872	566.032	487.740	529.249

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	5.688	7.217	22.162	22.059
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	21.269	967	21.720	967
Passivo de arrendamento	18	4.276	16.431	4.362	16.516
Salários, provisões e encargos sociais		769	1.060	1.298	2.040
Impostos e contribuições a recolher	19	449	843	1.764	2.131
Adiantamentos de clientes	20	127.317	128.573	131.922	134.298
Partes relacionadas	13	37.557	38.462	-	-
Outras obrigações		3.242	3.447	4.776	4.755
Total do passivo circulante		200.567	197.000	188.004	182.766
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	100.000	120.000	100.000	120.000
Passivo de arrendamento	18	7.188	6.933	7.188	6.976
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	5.784	8.566	24.953	27.786
Provisão para perdas em investimentos em controladas	14.a)	41.671	40.199	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	185	185
Impostos e contribuições a recolher	19	374	559	1.166	1.207
Outras obrigações		366	366	366	366
Total do passivo não circulante		155.383	176.623	133.858	156.520
Total do passivo		355.950	373.623	321.862	339.286
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		243.022	243.022	243.022	243.022
Gastos com emissão de ações		(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Reservas de capital		748	748	748	748
Reserva de reavaliação	15.b)	222	396	222	396
Reservas de lucros / Prejuízo acumulado		(122.497)	(97.368)	(122.497)	(97.368)
Outros resultados abrangentes		57.092	55.276	57.092	55.276
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(3.044)	(2.446)
Total do patrimônio líquido		168.922	192.409	165.878	189.963
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		524.872	566.032	487.740	529.249

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

Nota explicativa	Controladora				Consolidado				
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20	
RECEITA LÍQUIDA	24	2	61	673	24.341	1.568	4.257	2.647	35.140
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	25.b)	(2.385)	(2.176)	(5.060)	(24.433)	(4.073)	(7.039)	(8.922)	(35.338)
MARGEM BRUTA		(2.383)	(2.115)	(4.387)	(92)	(2.505)	(2.782)	(6.275)	(198)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS									
Vendas	25.a)	(106)	(275)	(21)	(456)	(200)	(480)	(67)	(600)
Gerais e administrativas	25.a)	(4.578)	(10.739)	(6.870)	(16.506)	(6.082)	(14.927)	(9.305)	(22.646)
Remuneração dos administradores	13.2 e 25.a)	(1.458)	(2.734)	(1.784)	(3.730)	(1.662)	(3.151)	(2.046)	(4.341)
Equivalência patrimonial	14	(4.721)	(8.525)	(10.538)	(10.853)	-	-	-	-
Outras, líquidas	28	177	5	(1.778)	(1.324)	(2.843)	(1.994)	(3.209)	(3.547)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(13.069)	(24.383)	(25.378)	(32.961)	(13.292)	(23.334)	(20.902)	(31.332)
RESULTADO FINANCEIRO									
Despesas financeiras	27	(3.686)	(7.100)	(2.609)	(7.290)	(3.835)	(7.546)	(2.835)	(8.035)
Receitas financeiras	27	1.659	2.760	1.351	2.383	1.569	2.548	1.485	2.702
Variação cambial e monetária, líquida	27	851	3.280	1.129	(1.467)	269	951	(3.568)	(3.154)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(14.245)	(25.443)	(25.507)	(39.335)	(15.289)	(27.381)	(25.820)	(39.819)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Correntes		-	-	-	-	(121)	(322)	(272)	(688)
Diferidos		7	140	31	62	833	1.594	451	776
PREJUÍZO DO PERÍODO		(14.238)	(25.303)	(25.476)	(39.273)	(14.577)	(26.109)	(25.641)	(39.731)
ATRIBUÍVEL A:									
Acionistas controladores						(14.238)	(25.303)	(25.476)	(39.273)
Acionistas não controladores						(339)	(806)	(165)	(458)
						(14.577)	(26.109)	(25.641)	(39.731)
PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO - R\$						(0,21121)	(0,37535)	(0,37862)	(0,58367)
PREJUÍZO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$						(0,21121)	(0,37535)	(0,37701)	(0,58119)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 30/06/20	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 30/06/20
PREJUÍZO DO PERÍODO	(14.238)	(25.303)	(25.476)	(39.273)	(14.577)	(26.109)	(25.641)	(39.731)
Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:								
Variação cambial na conversão de operações no exterior	(6.678)	1.816	8.012	19.483	(6.678)	1.816	8.012	19.483
Total do resultado abrangente do período	(20.916)	(23.487)	(17.464)	(19.790)	(21.255)	(24.293)	(17.629)	(20.248)
Total do resultado abrangente do período atribuível a:								
Acionistas controladores					(20.916)	(23.487)	(17.464)	(19.790)
Acionistas não controladores					(339)	(806)	(165)	(458)
	(21.255)	(24.293)	(17.629)	(20.248)	(21.255)	(24.293)	(17.629)	(20.248)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de Lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Efeitos em transações de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros / Prejuízos acumulados	Prejuízo do período	Ações em Tesouraria				
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	243.022	(9.665)	1.261	(2.043)	584	10.992	-	-	(2.131)	35.447	277.467	(843)	276.624
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(80)	-	80	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(39.273)	-	-	-	(39.273)	(458)	(39.731)
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.483	19.483	(361)	19.122
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	243.022	(9.665)	1.261	(2.043)	424	10.992	80	(39.273)	(2.131)	54.930	257.677	(1.662)	256.015
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	243.022	(9.665)	748	-	396	-	(97.368)	-	-	55.276	192.409	(2.446)	189.963
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(174)	-	174	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(25.303)	-	-	-	(25.303)	(806)	(26.109)
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.816	1.816	208	2.024
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	243.022	(9.665)	748	-	222	-	(97.194)	(25.303)	-	57.092	168.922	(3.044)	165.878

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/21	30/06/20	30/06/21	30/06/20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo		(25.303)	(39.273)	(26.109)	(39.731)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	14	8.525	10.853	-	-
Depreciação e amortização	25.b)	3.396	7.861	4.280	10.773
Custo residual de ativos imobilizado e intangível baixados		(3.749)	161	(3.750)	161
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(140)	(62)	(1.594)	(776)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		926	(690)	(5.890)	7.530
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhis	21	(59)	1.817	3.098	4.384
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	25.a)	(25)	319	(25)	151
Efeito de economias hiperinflacionárias		-	-	2.175	-
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		9.316	39.055	6.574	42.792
Estoques		-	197	(22)	249
Impostos a recuperar		(7.124)	(3.608)	(5.889)	(4.314)
Adiantamentos a fornecedores		(103)	(72)	783	(1.069)
Outras contas a receber		67	198	(162)	4.188
Depósitos judiciais		(16)	(233)	(125)	(300)
Custos antecipados		25.459	(27.365)	25.543	(27.891)
Fornecedores		(1.529)	(5.375)	395	(13.542)
Impostos e contribuições a recolher		(405)	998	(2)	840
Salários, provisões e encargos sociais		(291)	(1.578)	(639)	(1.796)
Adiantamentos de clientes		(1.256)	28.612	(2.364)	29.987
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	21.4)	(2.945)	33	(5.132)	33
Outras obrigações		(205)	(2.675)	190	(5.818)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	(2.039)	-	(2.039)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		4.539	7.134	(8.665)	3.812
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível	15	(1.480)	(324)	(1.758)	(579)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(1.480)	(324)	(1.758)	(579)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(74)	-	-
Partes relacionadas		(2.423)	7.141	(525)	(398)
Contratação de empréstimos e financiamentos		-	-	451	-
Pagamento de debêntures - juros		(3.192)	(3.408)	(3.192)	(3.408)
Pagamento de passivos de arrendamento - principal	18	(1.727)	(4.596)	(1.772)	(5.837)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(7.342)	(937)	(5.038)	(9.643)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		1.562	5.028	4.744	14.698
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		-	-	3.209	-
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.721)	10.901	(7.508)	8.288
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do período		173.690	154.740	201.914	204.649
No final do período		170.969	165.641	194.406	212.937
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		(2.721)	10.901	(7.508)	8.288

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	30/06/20	30/06/21	30/06/20
RECEITAS				
De serviços e produtos	69	27.893	4.515	39.418
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	(319)	25	(151)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(2.589)	(15.437)	(5.996)	(22.440)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.281)	(13.508)	(8.378)	(20.775)
Perda de valores ativos	(1.461)	-	(1.464)	(10)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(10.237)	(1.371)	(11.298)	(3.958)
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(3.396)	(7.861)	(4.280)	(10.773)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(13.633)	(9.232)	(15.578)	(14.731)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.176	(9.146)	5.205	(3.420)
Receitas financeiras e variação cambial	6.040	916	3.498	(4.195)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.525)	(10.853)	-	-
Outras receitas	4.661	791	1.707	775
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(11.457)	(18.378)	(10.373)	(18.151)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	5.751	8.456	7.786	10.991
Remuneração direta	4.466	6.654	6.419	8.963
Benefícios	1.003	1.349	1.052	1.522
FGTS	282	453	315	506
Impostos, taxas e contribuições	797	5.225	(6)	5.787
Federais	780	4.181	(146)	4.459
Estaduais	-	-	73	214
Municipais	17	1.044	67	1.114
Remuneração de capitais de terceiros	7.298	7.214	7.956	4.802
Juros	7.099	7.107	7.546	4.108
Aluguéis	199	107	229	263
Outras	-	-	181	431
Remuneração de capital próprio	(25.303)	(39.273)	(26.109)	(39.731)
Prejuízo do período	(25.303)	(39.273)	(25.303)	(39.273)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(806)	(458)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(11.457)	(18.378)	(10.373)	(18.151)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS PARA O TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Contexto operacional

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de valores do Brasil B3, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero.

b) Principais eventos ocorridos em 2021

i) Encerramento do contrato de locação da casa de espetáculo de São Paulo

Em março de 2021, a Companhia devolveu a casa de espetáculos de São Paulo, o contrato de locação da casa representava nosso principal custo fixo e, tendo em vista o reajuste pela aplicação integral do IGPM do período no início deste ano, o valor atualizado de aluguel passou a pressionar ainda mais a rentabilidade desta linha de negócio. Entretanto, faz-se necessário enfatizar que manteremos nossas operações em todas estas geografias, agora num modelo asset light. Com isso, focaremos esforços no fortalecimento do nosso portfólio de conteúdos, destacadamente na linha de festivais e intensificando nossa presença na área de tickets.

Em decorrência desta devolução os seguintes eventos foram registrados no período:

- Baixa de ativo imobilizado não depreciado associado a casa de espetáculos em São Paulo de R\$ 1.5 milhões.
- Extinção do contrato de arrendamento mercantil e baixa de todos os efeitos por ele produzidos, com ganho no resultado de R\$5.065 milhões registrado nas rubricas custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos, com contrapartida no ativo em de R\$ 10.142 registrado na rubrica bens e direitos de uso (nota explicativa nº 15.d) e no passivo de R\$15.207 registrados na rubrica passivo de arrendamento (nota explicativa nº 18).
- Baixa de contas a receber e adiantamento de clientes em virtude do cancelamento de contratos relacionados a casa de espetáculos.

ii) COVID-19

A pandemia do coronavírus continua assolando o mundo mas, nos últimos meses, o ritmo de vacinação da população global foi acelerado, mostrando sinais cada vez mais contundentes de que é o caminho mais eficiente e seguro para que a COVID-19 seja superada e, voltemos a respirar sem medo, a reencontrar quem amamos e a celebrar a vida com muita música.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Durante os últimos 18 meses de pandemia, a Companhia atuou diligente e tempestivamente com o intuito de implementar uma série de iniciativas de redução de gastos e preservação de caixa para tentar mitigar os efeitos da Covid-19 sobre suas operações. Dentre as diversas iniciativas implementadas, citamos a reestruturação do nosso quadro de colaboradores, a renegociação de escopo, valores e prazos de pagamento de fornecedores, o alongamento do perfil de nossa dívida, além da redução dos custos fixos com o encerramento do contrato de aluguel das casas de espetáculos.

A Companhia acredita que o entretenimento é um importante serviço à sociedade. Assim, reconhece o dever e cuidado com seus clientes, colaboradores e parceiros e está trabalhando para ajudar a minimizar o impacto do COVID-19 com a adoção rigorosa de todas as medidas de prevenção. Após adotar um cenário que manteve quase todos os nossos profissionais em regime de trabalho remoto (home-office) desde abril de 2020, a partir de julho de 2021 iniciamos um retorno gradual às atividades presenciais com parte da equipe chave, pretendendo retornarmos com a equipe de operação após a aplicação da primeira dose de vacinação.

No início de 2021, com o recrudescimento da pandemia, promovemos uma redução adicional no quadro de colaboradores do Brasil em 36% e, ao mesmo tempo, executamos um plano de demissão voluntária na Argentina, que diminuiu o quadro em 25%. Com esta redução, passaremos a dedicar esforços à operação do teatro em Buenos Aires que voltou a abrir suas portas no mês de julho, após o arrefecimento da pandemia naquela geografia e, principalmente, na expansão de nossa ticketeira, líder de mercado na região, além de seguirmos operando na promoção de shows internacionais.

Na esteira destes resultados, graças a ampla vacinação de suas populações, os primeiros grandes eventos de música ao vivo voltaram a ser realizados no hemisfério Norte, e novos eventos estão sendo anunciados. Shows vêm lotando o Madison Square Garden, um grande evento foi anunciado no Central Park para o fim do mês de agosto, o Coachella e vários outros festivais abriram vendas, alguns inclusive já foram realizados, sendo o Lollapalooza Chicago o mais notável. Estes são poucos exemplos em meio a um grupo cada vez maior de eventos surgindo mundo afora.

No Estado de São Paulo, onde fica a sede da Companhia, a partir de Julho de 2021 estão sendo realizados eventos testes, com limitação de público, promovendo a testagem de COVID-19 e monitoramento dos participantes por duas semanas após os eventos. O objetivo é criar um planejamento seguro, responsável e baseado na ciência de retomada das atividades e a partir de situações reais, permitir a retomada gradual do setor de eventos.

Em março de 2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.036/21 que alterou a redação de alguns dispositivos da Lei 14.046/20, criada para minimizar os impactos da pandemia COVID-19 sobre os setores de cultura e turismo. A Lei abrange shows e eventos que forem adiados ou cancelados até dezembro de 2021, sendo certo que os créditos concedidos aos consumidores poderão ser utilizados até 31 de dezembro de 2022.

Nesse sentido, os principais efeitos contábeis advindos desta situação são:

- As receitas só estão sendo apropriadas ao resultado quando da realização da contrapartida associada ao evento. Na impossibilidade de realização desta, nenhuma receita está sendo apropriada ao resultado da Companhia;
- Os valores recebidos antecipadamente de nossos patrocinadores bem como a receita com a venda antecipada de ingressos estão contabilizados como adiantamento de clientes. Mesmo diante do cancelamento de alguns eventos, tais valores são mantidos na rubrica “adiantamento de clientes”, uma vez que os mesmos são convertidos em créditos para utilização em eventos futuramente promovidos pela Companhia, conforme Lei 14.046 de 24 de agosto de 2020.
- Os gastos incorridos referentes aos eventos futuros são classificados como custo antecipado;

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- Reconhecimento no resultado de custos antecipados relativos a eventos cancelados. Para os gastos com cachês (maior parte do número registrado nesta rubrica), não há impacto no resultado da Companhia pois os contratos preveem a devolução dos montantes antecipados em caso de não realização do evento. Analogamente, os impostos eventualmente recolhidos são passíveis de restituição;
- A Companhia também optou por uma postura mais conservadora no registro de ativo para imposto diferido, constituído em sua maioria sobre base de prejuízo fiscal. Além de não aumentar face os resultados registrados, optou-se por realizar uma redução do referido valor registrado ao final de 2020 mantendo-se registrado apenas valores recuperáveis em até 10 anos, dado o cenário de incerteza quanto a extensão da pandemia no país e, conseqüentemente, a obtenção de autorização legal para voltarmos a operar. É importante lembrar que mesmo a parcela de crédito ora baixada não sofre prescrição.

Por fim, a Administração avalia que apesar das grandes incertezas e reflexos causados pela pandemia, a Companhia possui condições de manter suas operações e cumprir com as suas obrigações, de acordo com os compromissos firmados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As informações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Informações Trimestrais Financeiras condensadas da Companhia compreendem:

a) As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim Financial Reporting", aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

b) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

c) As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As informações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir.

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº15.a). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor.

h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 29).

i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº15.c). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

p) Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

q) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.
- iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia avaliou os impactos contábeis de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina nessas demonstrações contábeis consolidadas e individuais aplicando as regras da IAS 29 da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 da IAS 29, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações contábeis de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação);

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 seriam reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 da IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária;
- a demonstração de resultado seria ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;

u) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

A categoria de classificação Empréstimos e recebíveis deixou de existir, foi introduzida pela IFRS 9 a categoria Custo amortizado: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de junho de 2020 e em dezembro de 2019, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 7), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras (nota explicativa nº 30.3.b).

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

w) Pagamentos baseados em ações

Avaliado o seu valor justo com base no modelo “Monte Carlo” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 33).

x) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3.1.). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 21). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

As seguintes alterações e revisões de normas já existentes e que cuja data de vigência é 1º de janeiro de 2022 foram emitidas pelo IASB, mas além de não terem sido homologadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que até o momento não identificamos impactos futuros para a Companhia:

Norma - Descrição da alteração IAS 37 - Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato de venda ou prestação de serviços é oneroso. Se um contrato puder ser finalizado sem o pagamento de uma multa, ou penalidade, o contrato não é oneroso. Um contrato com termos não favoráveis para a Companhia não é necessariamente um contrato oneroso e um contrato que não está desempenhando tão bem quanto esperado, ou possível, não é um contrato oneroso – a não ser que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato”.

IAS 16 - Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.

Não existem outras alterações, revisões, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas em relação às já divulgadas nas Demonstrações Financeiras intermediárias e condensadas de 31 de março de 2021 que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia até o presente momento.

Adicionalmente, em dezembro de 2020 o CPC emitiu a Orientação Técnica OCPC 09 – Relato Integrado, aprovada pela Resolução CVM nº 14 de 9 de dezembro de 2020. A data de vigência dessa Orientação é 1º de janeiro de 2021 e o objetivo da mesma visa a melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais stakeholders, bem como a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo, tornando-a uma referência como metodologia de integração financeira com a não financeira. A Companhia estará estudando esse assunto mais adiante para fins de environmental, social and governance - ambiental, social e governança” (“ESG”).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

6. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	30/06/21	31/12/20		30/06/21	31/12/20
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	60,00			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	100,00			
PLF Eventos S.A.	97,65	97,65			
IT.ART Tecnologia Ltda.	60,00	60,00			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos das controladas diretas em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro 2020 e a receita líquida dos semestres de 2021 e de 2020:

Controladas:	30/06/21			31/12/20		30/06/20
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	173	2.079	-	174	2.053	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	2.757	29.607	-	3.096	30.060	379
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.157	221	-	2.256	210	-
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e subsidiárias indir	77.675	15.709	2.505	82.267	17.239	3.726
T4F USA Inc.	4.211	1	-	4.349	1	-
Ticket Co. SpA	14.864	6.212	131	16.498	6.699	1.114
Vicar Promoções Desportivas S.A.	-	-	-	-	-	603
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	6.825	11.740	-	7.353	12.068	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	2	1.546	-	2	1.531	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	7.639	16.062	496	6.952	13.952	4.359
PLF Eventos S.A.	1.028	786	-	1.074	830	578
IT.ART Tecnologia Ltda.	8.727	6.381	1.089	6.811	3.170	-

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objetivo social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- PLF Eventos S.A. - tem por objeto a produção e promoção de espetáculos musicais, entre shows e festivais de música, a comercialização de ingressos; o comércio de produtos alimentícios e bebidas em geral, e comércio de mercadorias diretamente relacionadas a indústria do entretenimento, dentre brindes e materiais promocionais em casas de espetáculos, teatros, cinemas, ginásios e estádios.
- IT.Art Tecnologia S.A (“INTI”) - empresa de tecnologia com foco na negociação de ingressos para o setor de entretenimento e cultura.

7 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Caixa e bancos (c)	2.866	2.443	5.916	4.627
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	74.480	92.689	93.236	115.355
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	38.135	41.018	38.703	42.207
Operação compromissada - DI (b)	290	991	1.353	3.176
Time deposit (e)	55.198	36.549	55.198	36.549
Total	170.969	173.690	194.406	201.914

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Créditos Público, Créditos Privados e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas médias de 95% a 105,5% da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

e) Aplicação de liquidez imediata com rendimento a taxa média ponderada de 0,60% ao ano sem prejuízo de resgate.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Cientes faturados	6.323	12.169	14.396	23.836
Bilheteria	-	27	9.451	3.033
Patrocínios a faturar	10.331	13.774	11.570	15.122
Total das contas a receber	16.654	25.970	35.417	41.991
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(680)	(705)	(7.272)	(7.609)
Total	15.974	25.265	28.145	34.382
Circulante	15.974	4.888	28.145	10.768
Não Circulante	-	20.377	-	23.614

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
A vencer:	15.459	25.265	17.344	26.694
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	6.765	4.680
De 31 a 60 dias	515	-	2.062	1.541
De 61 a 90 dias	-	-	1.974	1.467
De 91 a 180 dias	-	-	23	24
Há mais de 180 dias	680	705	7.249	7.585
Total das contas a receber	16.654	25.970	35.417	41.991

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	705	7.609
(+) Adições	-	409
(-) Reversões e baixas	(25)	(746)
Saldos em 31 de março de 2021	680	7.272

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
IRPJ/CSLL - antecipações	78	-	133	57
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.316	7.873	10.061	10.849
Programa de Integração Social - PIS	617	625	690	699
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.722	2.800	3.047	3.131
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.379	4.853
Imposto sobre faturamento	-	-	266	310
Impostos federais a recuperar	11.940	5.251	12.334	5.619
Total	23.673	16.549	30.910	25.518

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Eventos, shows e espetáculos contratados ⁽ⁱ⁾	1.531	1.426	3.878	4.698
Outros	-	2	77	74
Total	1.531	1.428	3.955	4.772

⁽ⁱ⁾ Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Eventos, shows e espetáculos contratados	26.492	51.765	26.970	52.795
Outros	973	1.159	1.959	1.677
Total	27.465	52.924	28.929	54.472
Circulante	20.662	-	21.962	-
Não Circulante⁽ⁱ⁾	6.803	52.924	6.967	54.472

⁽ⁱ⁾ Refere-se a pagamentos contratuais antecipados para eventos a serem realizados a partir de 2022.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/06/21	31/12/20
Bilheteria a receber de terceiros ⁽ⁱ⁾	568	419
Reembolso de Contingências ⁽ⁱⁱ⁾	376	1.090
Outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	11.896	11.234
	12.840	12.743

⁽ⁱ⁾ Refere-se a valores a receber na Ticketek Argentina S.A. na venda de ingressos de shows de terceiros.

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se a ações de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas registrados na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 21) de responsabilidade de terceiros. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte de terceiros.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se substancialmente ao valor a receber da venda da Vicar, o qual será realizado em agosto de 2021.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

13. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

13.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:	Categoria	30/06/21			31/12/20		30/06/20
		Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	Controlada	-	33	-	-	33	-
CIE Internacional S.A. de C.V.	Acionista	7.304	-	352	6.952	-	200
Metropolitan Empreendimentos S.A.	Controlada	27.100	-	-	24.465	-	(156)
T4F Chile S.A.	Controlada indireta	-	32.173	1.068	-	32.909	(9.418)
Promaser S.A.	Controlada indireta	331	-	-	-	-	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	Controlada	4.351	-	-	4.481	-	945
T4F Inversiones S.A.	Controlada	-	1.235	(130)	-	1.283	-
T4F USA Inc.	Controlada	-	4.116	48	-	4.237	(1.208)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	-	-	121	-	-	543
T4F Peru Entretenimientos S.A.	Controlada	6.655	-	-	6.691	-	2.022
PLF Eventos S.A.	Controlada	-	-	-	-	-	(291)
Total		45.741	37.557	1.459	42.589	38.462	(7.363)

Consolidado:	Categoria	30/06/21		31/12/20		30/06/20	
		Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V.	Acionista	7.642	352	7.469	200	7.469	200
Total		7.642	352	7.469	200	7.469	200

13.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	30/06/20	30/06/21	30/06/20
<u>Remuneração fixa</u>				
Conselho de Administração	324	206	324	206
Conselho Fiscal	-	160	-	160
Diretores estatutários	2.410	2.626	2.827	2.911
Partes relacionadas	-	738	-	1.064
Total	2.734	3.730	3.151	4.341

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 30 de junho de 2021

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Time for Fun Mídia Ltda.	(1.906)	(27)	99,99	(27)	(1.906)	-
PLF Eventos S.A.	242	(2)	97,65	(2)	-	755
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(26.850)	114	99,99	114	(26.850)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	(8.423)	(1.005)	98,29	(1.005)	(8.423)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	1.936	(110)	99,99	(110)	-	1.936
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	61.966	(5.618)	100,00	(5.618)	-	61.966
T4F USA Inc.	4.210	26	100,00	26	-	4.210
Ticket Co. SpA.	8.652	(571)	100,00	(571)	-	8.652
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(4.915)	(720)	60,00	(432)	(2.948)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.544)	(123)	100,00	(123)	(1.544)	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	2.346	(1.295)	60,00	(777)	-	2.908
Total				(8.525)	(41.671)	80.427

(i) inclui o percentual da participação indireta de 1,71% da T4F Entretenimientos Argentina S.A.

a.2) 31 de dezembro de 2020

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(1.879)	(656)	99,99	(656)	(1.879)	-
PLF Eventos S.A.	244	25	97,65	(14)	-	758
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(26.964)	(10.582)	99,99	(10.581)	(26.964)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	(7.000)	(752)	98,29	(752)	(7.000)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.046	(347)	99,99	(347)	-	2.046
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	65.028	(5.565)	100,00	(5.565)	-	65.028
T4F USA Inc.	4.348	77	100,00	77	-	4.348
Ticket Co. SpA.	9.799	(2.264)	100,00	(2.264)	-	9.799
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(4.714)	(1.046)	60,00	(628)	(2.827)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.529)	(206)	100,00	(206)	(1.529)	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	-	(2.723)	85,00	(2.316)	-	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	3.641	(210)	60,00	(126)	-	3.685
Total				(23.378)	(40.199)	85.664

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 30 de junho de 2021 e de 2020.

	Controladora 30/06/21	Controladora 30/06/20
Saldo inicial do investimento líquido	45.465	60.681
Equivalência patrimonial	(8.525)	(10.853)
Varição cambial na conversão de investimentos no exterior	1.816	19.480
Reclassificação para outros intangíveis	-	(1.941)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	74
Saldo final do investimento líquido	38.756	67.441
Provisão para perdas em investimentos em controladas	41.671	35.463
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	80.427	102.904

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Metropolitan Empreendimentos S.A. (i)	36.269	36.269	36.269	36.269
Perdas por redução ao valor recuperável (i)	(17.268)	(17.268)	(17.268)	(17.268)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.(ii)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (ii)	(26.017)	(26.017)	(26.017)	(26.017)
PLF Eventos S.A.	999	999	999	999
Empresas adquiridas na Argentina (iii)	-	-	18.638	17.587
IT.ART Tecnologia Ltda.	4.744	4.744	4.744	4.744
Total	81.932	81.932	100.570	99.519

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

(i) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$ 40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem. Em 31 de dezembro de 2020, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 17.268, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, o principal fator que resultou no reconhecimento do "impairment" foi a descontinuidade da casa de espetáculos, e a falta de perspectiva de retomada das operações devido a COVID 19.

(ii) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Os principais fatores que resultaram no reconhecimento do impairment são: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2020, quando submetido ao teste de "impairment" foi identificado uma nova provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 6.015, devido ao impacto sofrido em nossas operações com a pandemia da COVID-19.

(iii) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio. O valor foi impactado pelos efeitos da variação cambial na conversão e pela hiperinflação na Argentina.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

15. IMOBILIZADO, OUTROS INTANGÍVEIS E BENS DE DIREITO DE USO

a) Imobilizado

i) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	1.639	66
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	23.858	76.441	46.120	94.968
Móveis e utensílios	2.831	3.455	4.861	5.561
Máquinas e equipamentos	6.805	10.801	7.907	13.574
Equipamentos de processamento de dados	5.478	5.527	10.459	10.691
Estruturas	9.558	9.604	9.578	9.623
Veículos	746	746	746	746
Imobilizado em andamento	495	-	496	-
Total	49.771	106.574	81.806	135.229

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	14	(23.503)	(75.112)	(42.319)	(89.986)
Móveis e utensílios	6	(2.297)	(2.891)	(4.247)	(4.882)
Máquinas e equipamentos	13	(5.334)	(8.602)	(9.521)	(11.006)
Equipamentos de processamento de dados	20	(5.049)	(5.011)	(7.910)	(9.771)
Estruturas	15	(9.325)	(9.299)	(9.344)	(9.318)
Veículos	20	(680)	(636)	(680)	(636)
Total		(46.188)	(101.551)	(74.021)	(125.599)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	1.639	66
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	355	1.329	3.801	4.982
Móveis e utensílios	534	564	614	679
Máquinas e equipamentos	1.471	2.199	(1.614)	2.568
Equipamentos de processamento de dados	429	516	2.549	920
Estruturas	233	305	234	305
Veículos	66	110	66	110
Imobilizado em andamento	495	-	496	-
Total	3.583	5.023	7.785	9.630

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$ 31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

ii) Muta o do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Saldo inicial	5.023	7.535	9.630	14.070
Adi�es:				
Obras civis, instala�es e benfeitorias em propriedade de terceiros	170	138	172	308
M�veis e utens�lios	52	85	52	148
M�quinas e equipamentos	11	41	12	310
Equipamentos de processamento de dados	8	7	8	321
Estruturas	-	8	-	8
Imobilizado em andamento	494	-	494	-
Total de adi�es	735	279	738	1.095
Baixas l�quidas	(1.490)	(520)	(1.490)	(2.444)
Deprecia�o	(685)	(2.271)	(936)	(3.961)
Efeitos de varia�o cambial e monet�ria	-	-	(157)	870
Total	(2.175)	(2.791)	(2.583)	(5.535)
Saldo final	3.583	5.023	7.785	9.630

b) Imobilizado reavaliado

i) Composi o do imobilizado reavaliado

Controladora:	30/06/21		31/12/20	
	Reavalia�o	Deprecia�o acumulada da reavalia�o	Valor residual da reavalia�o	Valor residual da reavalia�o
Obras civis em propriedades de terceiros	8.039	(8.039)	-	-
M�veis e utens�lios	289	(267)	22	28
M�quinas e equipamentos	798	(519)	279	529
Equipamentos de processamento de dados	139	(105)	34	40
Equipamentos Aurolights - incorpora�o	158	(158)	-	2
	9.423	(9.088)	335	599
Efeitos tribut�rios (34% - IRPJ e CSLL)			(113)	(203)
Reserva de reavalia�o remanescente no patrim�nio l�quido			222	396

Consolidado:	30/06/21		31/12/20	
	Reavalia�o	Deprecia�o acumulada da reavalia�o	Valor residual da reavalia�o	Valor residual da reavalia�o
Obras civis em propriedades de terceiros	8.039	(8.039)	-	-
M�veis e utens�lios	289	(267)	22	28
M�quinas e equipamentos	798	(519)	279	529
Equipamentos de processamento de dados	139	(105)	34	40
Equipamentos Aurolights - incorpora�o	158	(158)	-	2
	9.423	(9.088)	335	599
Efeitos tribut�rios (34% - IRPJ e CSLL)			(113)	(203)
Reserva de reavalia�o registrada no patrim�nio l�quido			222	396

(i) Reserva de reavalia o reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Outros intangíveis

i) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Custo	-				
Marcas, Direitos e patentes		1.640	1.640	4.602	4.264
Software		7.940	7.195	10.340	9.581
Outros Intangíveis		5.101	5.101	5.101	5.101
Amortização	20				
Marcas, Direitos e patentes		-	-	(1.773)	(1.648)
Software		(6.805)	(6.724)	(8.934)	(8.730)
Outros Intangíveis		(4.870)	(4.853)	(4.870)	(4.853)
Total		3.006	2.359	4.466	3.715

ii) Mutações do intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Saldo inicial	2.359	678	3.715	3.380
Adições:				
Software	745	453	755	529
Marcas e patentes	-	-	301	827
Total de adições	3.104	1.131	4.771	4.736
Amortização⁽¹⁾	(98)	(713)	(216)	(1.125)
Baixas líquidas e efeitos de variação cambial e monetária	-	-	(89)	104
Reclassificação ⁽²⁾	-	1.941	-	-
	(98)	1.228	(305)	(1.021)
Saldo final	3.006	2.359	4.466	3.715

⁽¹⁾ A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº

⁽²⁾ Reclassificação entre as rubricas de investimentos em controladas e outros intangíveis.

d) Bens de direito de uso

i) Composição dos bens de direito de uso

Representa substancialmente os contratos de locação das casas de espetáculos, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Custo		12.436	35.135	12.648	35.347
Amortização	40	(3.494)	(18.066)	(3.636)	(18.172)
Total		8.942	17.069	9.012	17.175

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

ii) Mutações dos bens de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Saldo inicial	17.069	20.338	17.175	33.753
Adições	-	7.241	-	7.383
Remensuração ⁽¹⁾	4.628	1.247	4.628	1.942
Amortização	(2.613)	(11.757)	(2.649)	(14.733)
Baixas líquidas ⁽²⁾	(10.142)	-	(10.142)	(11.170)
Saldo final	8.942	17.069	9.012	17.175

⁽¹⁾ Refere-se a atualização anual dos contratos de aluguel das casas de espetáculos.

⁽²⁾ Refere-se a descontinuidade da locação fixa da casa de espetáculo de São Paulo.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Fornecedores nacionais	5.688	7.217	21.645	21.723
Fornecedores estrangeiros	-	-	517	336
Total	5.688	7.217	22.162	22.059

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros	Controladora		Consolidado	
		30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Debêntures (a)	CDI + 3,36%	121.269	120.967	121.720	120.967
Parcela do passivo circulante		21.269	967	21.720	967
Parcela do passivo não circulante		100.000	120.000	100.000	120.000

Os vencimentos das parcelas têm a seguinte distribuição, R\$ 40.000 em 2022, R\$ 40.000 em 2023 e R\$ 40.000 em

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 05 de novembro de 2018, o Instrumento Particular de Escritura da terceira emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 120 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$ 120.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 05 de novembro de 2018.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 17 de dezembro de 2020 foi realizada assembleia geral de debenturistas de sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), na qual foi aprovada, por unanimidade, a alteração dos seguintes termos e condições das Debêntures:

Condição alterada	Original	Nova
Amortização periódica do valor e nominal unitário	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2020.	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2022.
Remuneração	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,6225% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 3,36% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.

As debêntures são garantidas por: i) Cessão de recebíveis de cartões (com medição periódica); ii) Cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de patrocínio ("naming rights").

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Modalidade	Taxa média anual de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Passivo de arrendamento	CDI + 1,8800%	2024	11.464	23.364	11.550	23.492
Parcela do passivo circulante			4.276	16.431	4.362	16.516
Parcela do passivo não circulante			7.188	6.933	7.188	6.976

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	23.364	23.492
Juros do período	406	410
Adição por novos contratos	3.264	3.264
Contraprestação paga	(1.727)	(1.772)
Ajuste por remensuração ⁽¹⁾	1.364	1.364
Cancelamento de contrato ⁽²⁾	(15.207)	(15.208)
Saldo final em 30 de junho de 2021	11.464	11.550

⁽¹⁾ Refere-se a atualização anual dos contratos de aluguel das casas de espetáculos.

⁽²⁾ Refere-se a descontinuidade da locação fixa da casa de espetáculo em São Paulo.

Conforme exigência no CPC 06 (R2), a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo em 30 de junho de 2021:

Vencimento das prestações	Controladora	Consolidado
2021	3.313	3.358
2022	3.184	3.229
2023	3.184	3.184
2024	1.835	1.835
2025	890	890
2026	371	371
Valores não descontados	12.777	12.867
Juros embutidos	(1.313)	(1.317)
Saldo do passivo de arrendamento em 31 de março de 2021	11.464	11.550

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Abaixo é apresentado o indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado valor Presente
Contraprestação do arrendamento	12.777	11.464
PIS/COFINS potencial (9,25%)	1.182	1.060

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
COFINS a recolher	12	12	25	18
PIS a recolher	3	3	6	4
Imposto Sobre Serviços - ISS	301	550	314	562
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	959	955
Programa de Recuperação Fiscal - Refis	114	239	114	239
Imposto sobre faturamento	-	-	1	1
IVA - imposto de valor agregado	-	-	102	78
INSS de terceiros a recolher	8	18	8	18
Outros	11	21	135	107
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	100	149
Passivo circulante	449	843	1.764	2.131
Parcelamento de ISS	374	404	374	404
Programa de Recuperação Fiscal - Refis	-	155	-	155
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	792	648
Passivo não circulante	374	559	1.166	1.207

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$ 5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 30 de junho de 2021, não possui saldo remanescente (R\$ 155 em 31 de dezembro de 2020). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB Nº15/2014, e homologado pela Receita Federal do Brasil no segundo semestre de 2019.

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129 de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 30 de junho de 2021 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$ 488 (R\$ 643 em 31 de dezembro de 2020).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 30 de junho de 2020 a controlada no exterior T4F Entrenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 53 meses).

20. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Contratos de “naming rights” (a)	-	4.074	-	4.074
Patrocínios (b.1)	21.636	18.505	25.488	23.474
Eventos privados (b.2)	4.162	4.607	4.915	5.362
Vendas antecipadas de ingressos (c)	101.519	101.387	101.519	101.388
Total	127.317	128.573	131.922	134.298

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca. Em 30 de junho de 2021 os valores a serem apropriados na controladora e no consolidado são de R\$ 4.894 em 2021 e R\$ 233 em 2022.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados.

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos e eventos externos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Trabalhistas	3.710	3.974	9.240	8.787
Cíveis	2.074	4.592	4.425	6.979
Tributários	-	-	11.288	12.020
Total	5.784	8.566	24.953	27.786
Não circulante	5.784	8.566	24.953	27.786

Em 2013 os Serviços de Impostos Internos do Chile (SII) autuaram a T4F Chile para a cobrança de impostos, na ordem de R\$ 40.000, por eventos ocorridos nos anos de 2010 a 2012, referentes: (i) à base de impostos recolhidos sobre os cachês de artistas; (ii) a remessas enviadas ao exterior em razão de diversos eventos realizados nos anos de 2010 a 2012; (iii) à data de envio da declaração e pagamento dos impostos retidos sobre as remessas realizadas em decorrência dos eventos realizados; e (iv) ao imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos.

Ainda em 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, visando anular as supostas infrações autuadas. Em 2019, foi prolatada sentença que julgou parcialmente procedente a ação movida pela Companhia, estando pendente o início da execução pelos Serviços de Impostos Internos do Chile (SII). Após o julgamento parcialmente favorável à Companhia, os valores envolvidos ainda em litígio foram classificados com probabilidade de perda provável no valor de R\$ 11.064, e com probabilidade de perda remota no importe de R\$ 7.778, para 30 de junho de 2021.

21.1) Provisões tributárias

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 216.093 (R\$ 203.297 em 31 de

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 30 de junho de 2021, o montante global desses processos é de aproximadamente R\$ 68.328 (R\$ 64.596 em 31 de dezembro de 2020).

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2021, o valor estimado do processo é R\$ 13.250 (R\$13.184 em 31 de dezembro de 2020).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2021, o valor envolvido era de R\$5.720 (R\$5.697 em 31 de dezembro de 2020).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2021, o valor atualizado dos dois processos é de R\$ 12.961 (R\$12.906 em 31 de dezembro de 2020).

e) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se decisão dos recursos interpostos pela Companhia e pela SRF. A opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 30 de junho de 2021, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$ 2.881 (R\$2.867 em 31 de dezembro de 2020).

f) Em fevereiro de 2019, a Companhia foi citada em uma ação de execução fiscal cujo objeto é a cobrança de supostas diferenças apuradas no momento do processo de nacionalização de peças de figurino inicialmente importadas sob o regime de admissão temporária para a realização de determinado espetáculo teatral. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2021, o valor da causa é de R\$ 5.124 (R\$ 6.361 em 31 de dezembro de 2020).

g) Em julho de 2020, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL para os anos de 2015 a 2017, relativos à: (i) desconsideração das amortizações referentes ao ágio registrado em 14/07/2007, na operação de incorporação de empresa; (ii) imposição de multas isoladas de 50%, decorrentes da insuficiência dos pagamentos mensais de IRPJ e CSLL, em razão da exclusão mensal das parcelas de amortização do ágio; e (iii) imposição de multas qualificadas de 150% sobre os valores de IRPJ e CSLL autuados. A Receita Federal do Brasil fundamenta o auto de infração encaminhado à Companhia, em síntese, em uma suposta diminuição indevida das bases de cálculo dos referidos tributos pela exclusão do ágio nas bases tributárias. Os valores somam R\$ 47 em imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e R\$ 33 em contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), perfazendo um total de R\$ 83.644, em 30 de junho de 2021 (R\$ 83.145 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração no prazo estabelecido, bem como afirma seu entendimento de que o ágio foi constituído de forma regular e em conformidade com legislação fiscal vigente à época. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível para o mérito e remota para a parcela da multa isolada relativa aos erros de cálculo nas antecipações: (i) não utilização de prejuízos fiscais no cálculo das antecipações de IRPJ e CSLL; e (ii) desconsideração das parcelas devidas nos meses anteriores no cálculo das antecipações de CSLL.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

21.2) Provisões trabalhistas

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$ 10.814 (R\$9.742 em 31 de dezembro de 2020).

21.3) Provisões cíveis e outras

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 59.788 (R\$ 57.575 em 31 de dezembro de 2020).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 30 de junho de 2021 é de aproximadamente R\$4.052 (R\$3.438 em 31 de dezembro de 2020) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas pela Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública (“ACP”) proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$ 1.658 (R\$1.535 em 31 de dezembro de 2020), em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou recurso e aguarda-se o julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

c) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública relacionada à apresentação de “Quidam”, nos períodos de junho a setembro de 2009, proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$ 1.423 (R\$1.329 em 31 de dezembro de 2020), em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne à Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 30 de junho de 2021, o valor em discussão é de R\$ 2.225 (R\$2.063 em 31 de dezembro de 2020). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

e) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública (“ACP”) proposta pela Associação de Defesa dos Consumidores do Rio Grande do Sul - ADECON, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência e de entrega quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial, bem como a devolução dos valores cobrados a este título nos últimos cinco anos. Aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela ADECON. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. O valor somente será possível de ser apurado com (i) a decisão definitiva da ação e, sendo a decisão desfavorável para a Companhia, (ii) com eventual manifestação dos consumidores.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de junho de 2021, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica nos montantes de R\$ 5.973 e R\$ 8.228 na controladora e consolidado respectivamente (R\$ 5.957 e R\$ 8.132 em 31 de dezembro de 2020).

21.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/20	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	30/06/21
Trabalhistas	3.974	(171)	(188)	95	3.710
Cíveis	4.592	113	(2.758)	127	2.074
Total	8.566	(58)	(2.946)	222	5.784

Consolidado	31/12/20	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/06/21
Trabalhistas	8.787	1.761	(2.152)	885	(41)	9.240
Cíveis	6.979	322	(2.980)	154	(50)	4.425
Tributário	12.020	-	-	-	(732)	11.288
Total	27.786	2.083	(5.132)	1.039	(823)	24.953

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor contabilizado como outras obrigações refere-se quase em sua totalidade a valores a serem repassados à clientes pela administração de bilheterias e venda de ingressos de eventos de terceiros de acordo com o fluxo estabelecido em contrato.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 10 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 88.036 ações ordinárias mantidas em tesouraria, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do capital social, na forma do artigo 14 da Instrução CVM nº 10/80. Em razão do cancelamento ora deliberado o capital social da Companhia é de R\$ 243.022 passa a ser dividido em 67.412.629 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020 (67.500.665 em 31 de dezembro de 2019), todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Em 31 de dezembro de 2020 não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do período.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 33).

g) Ajustes de exercícios anteriores por efeito da hiperinflação:

A norma de contabilidade e evidência de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados nos lucros acumulados.

24. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Receita bruta:				
Serviços	2	69	750	27.663
Produtos	-	-	5	230
Deduções e impostos incidentes	-	(8)	(82)	(3.552)
Receita líquida	2	61	673	24.341

	Consolidado			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Receita bruta:				
Serviços	1.674	4.515	3.003	39.363
Produtos	-	-	5	230
Deduções e impostos incidentes	(106)	(258)	(361)	(4.453)
Receita líquida	1.568	4.257	2.647	35.140

25. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(3.513)	(7.384)	(4.547)	(10.411)
Serviços de terceiros	(2.458)	(5.030)	(3.669)	(9.069)
Utilidades e facilidades	(91)	(130)	(44)	(310)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)	25	(319)	(319)
Outras despesas	(79)	(1.229)	(96)	(583)
Total	(6.142)	(13.748)	(8.675)	(20.692)
Vendas	(106)	(275)	(21)	(456)
Gerais e administrativas	(4.578)	(10.739)	(6.870)	(16.506)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(1.458)	(2.734)	(1.784)	(3.730)
Total das despesas por natureza	(6.142)	(13.748)	(8.675)	(20.692)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Consolidado			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(4.711)	(10.583)	(5.924)	(13.759)
Serviços de terceiros	(2.929)	(5.919)	(4.448)	(11.010)
Utilidades e facilidades	(342)	(633)	(389)	(1.271)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1)	25	(281)	(151)
Outras despesas	39	(1.448)	(376)	(1.396)
Total	(7.944)	(18.558)	(11.418)	(27.587)
Vendas	(200)	(480)	(67)	(600)
Gerais e administrativas	(6.082)	(14.927)	(9.305)	(22.646)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(1.662)	(3.151)	(2.046)	(4.341)
Total das despesas por natureza	(7.944)	(18.558)	(11.418)	(27.587)

b) Custos por natureza:

	Controladora			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	12	12	1.114	(5.243)
Transportes e locações	(63)	(148)	909	(1.128)
Serviços de terceiros	(190)	(696)	(1.170)	(2.297)
Viagens e locomoção	-	-	(9)	(270)
Utilidades e facilidades	(897)	(1.064)	(469)	(980)
Mídia e publicidade	16	(44)	(153)	(1.046)
Depreciação e amortização	(865)	(3.396)	(3.932)	(7.861)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(227)	(1.466)	(913)	(2.090)
Custos de produção	(171)	(439)	(437)	(3.518)
Recuperação de custo (i)	-	5.065	-	-
Total	(2.385)	(2.176)	(5.060)	(24.433)

	Consolidado			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(35)	(97)	379	(5.683)
Transportes e locações	(63)	(148)	882	(1.145)
Serviços de terceiros	(617)	(1.624)	(1.785)	(5.337)
Viagens e locomoção	(1)	(10)	(72)	(532)
Utilidades e facilidades	(916)	(1.097)	(915)	(2.253)
Mídia e publicidade	24	(45)	(200)	(1.238)
Depreciação e amortização	(1.268)	(4.280)	(5.397)	(10.773)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(452)	(1.939)	(1.247)	(3.005)
Custos de produção	(745)	(2.864)	(567)	(5.372)
Recuperação de custo (i)	-	5.065	-	-
Total	(4.073)	(7.039)	(8.922)	(35.338)

(i) Efeito do cancelamento do contrato de locação da casa de espetáculos de São Paulo (nota explicativa nº 1.b.i)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

26. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Salários e bonificações	(2.362)	(5.204)	(2.617)	(6.412)
Despesa de férias	(142)	(407)	(249)	(741)
Despesa de 13º salário	(101)	(267)	(208)	(435)
Encargos sociais	(626)	(1.505)	(1.570)	(2.837)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(61)	(17)	(96)	(486)
Outros benefícios a empregados (i)	(448)	(1.450)	(720)	(1.590)
Total de despesas com benefícios a empregados	(3.740)	(8.850)	(5.460)	(12.501)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(227)	(1.466)	(913)	(2.090)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(3.513)	(7.384)	(4.547)	(10.411)
Total	(3.740)	(8.850)	(5.460)	(12.501)

	Consolidado			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Salários e bonificações	(3.442)	(7.420)	(3.846)	(9.388)
Despesa de férias	(142)	(407)	(216)	(856)
Despesa de 13º salário	(140)	(351)	(281)	(628)
Encargos sociais	(834)	(1.905)	(1.823)	(3.514)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(71)	(38)	(106)	(496)
Outros benefícios a empregados (i)	(534)	(2.401)	(899)	(1.882)
Total de despesas com benefícios a empregados	(5.163)	(12.522)	(7.171)	(16.764)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(452)	(1.939)	(1.247)	(3.005)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(4.711)	(10.583)	(5.924)	(13.759)
Total	(5.163)	(12.522)	(7.171)	(16.764)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(9)	(12)	(17)	(51)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	-	(1)	(172)	(183)
Juros com debêntures	(1.929)	(3.493)	(1.417)	(3.132)
Outras	(1.748)	(3.594)	(1.003)	(3.924)
Total	(3.686)	(7.100)	(2.609)	(7.290)

	Consolidado			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(143)	(220)	(45)	(165)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(75)	(202)	(222)	(485)
Juros com debêntures	(1.929)	(3.493)	(1.417)	(3.132)
Outras	(1.688)	(3.631)	(1.151)	(4.253)
Total	(3.835)	(7.546)	(2.835)	(8.035)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Controladora			
	01/04/21	01/01/21	01/04/20	01/01/20
	a 30/06/21	a 30/06/21	a 30/06/20	a 30/06/20
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	-	-	240
Rendimentos de aplicações financeiras	1.532	2.495	1.210	1.854
Outras	127	265	141	289
Total	1.659	2.760	1.351	2.383

	Consolidado			
	01/04/21	01/01/21	01/04/20	01/01/20
	a 30/06/21	a 30/06/21	a 30/06/20	a 30/06/20
Receitas financeiras:				
Juros ativos	15	28	(123)	518
Rendimentos de aplicações financeiras	1.548	2.513	1.578	2.127
Outras	6	7	30	57
Total	1.569	2.548	1.485	2.702

	Controladora			
	01/04/21	01/01/21	01/04/20	01/01/20
	a 30/06/21	a 30/06/21	a 30/06/20	a 30/06/20
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(7.468)	(11.229)	(4.170)	(13.784)
Ativas	8.264	14.509	5.194	12.231
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas (i)	(84)	(221)	(78)	(238)
Ativas	139	221	183	324
Total	851	3.280	1.129	(1.467)

	Consolidado			
	01/04/21	01/01/21	01/04/20	01/01/20
	a 30/06/21	a 30/06/21	a 30/06/20	a 30/06/20
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(6.143)	(6.459)	(3.024)	(4.877)
Ativas	7.619	11.385	1.955	6.046
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas (i)	(374)	(2.185)	(311)	(1.102)
Ativas	83	385	194	345
Variações hiperinflação, líquidas:				
Passivas	(2.742)	(6.045)	(3.746)	(5.901)
Ativas	1.826	3.870	1.364	2.335
Total	269	951	(3.568)	(3.154)

(i) Em 2019 a Companhia e foram ajuizadas na Ação de cobrança referente ao valor correspondente a 5% das ações de emissão da T4F Inversiones S.A onde a Companhia foi considerada responsável solidária.

28. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/04/21	01/01/21	01/04/20	01/01/20
	a 30/06/21	a 30/06/21	a 30/06/20	a 30/06/20
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	620	1.885	(1.961)	(2.042)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	14	(1.461)	-	-
Outras	(457)	(419)	183	718
Total	177	5	(1.778)	(1.324)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Consolidado			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.356)	(57)	(3.573)	(4.426)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	14	(1.461)	-	-
Outras	(501)	(476)	364	879
Total	(2.843)	(1.994)	(3.209)	(3.547)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
IRPJ e CSLL diferidos	7	140	31	62
Total	7	140	31	62

	Consolidado			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Despesa de IRPJ corrente	-	(322)	(240)	(648)
Despesa de CSLL corrente	(121)	-	(32)	(40)
IRPJ e CSLL diferidos	833	1.594	451	776
Total	712	1.272	179	88

Devido ao prejuízo contábil e fiscal incorrido nos últimos 12 meses, não foi reconhecido imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do período, exceto pelas controladas na Argentina no total de R\$ 322.

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	31/12/20	Variação de 01/04/21 a 30/06/21	Variação do semestre	30/06/21
Controladora				
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	198	-	-	198
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.449	-	-	2.449
Prejuízos fiscais	25.082	-	-	25.082
Base negativa de CSLL	15.349	-	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	133	7	140	273
Outras provisões	1.610	-	-	1.610
Total do ativo líquido	44.821	7	140	44.961

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Consolidado	31/12/20	Varição de 01/04/21 a 30/06/21	Varição do semestre	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/06/21
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.290	(167)	(145)	218	1.145
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.588	682	684	25	3.272
Prejuízos fiscais	25.081	-	-	-	25.081
Base negativa de CSLL	15.349	-	-	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	134	-	140	-	274
Outras provisões	4.500	318	388	284	4.888
Total do ativo	48.942	833	1.067	527	50.009
Impostos diferidos passivos sobre:					
Não circulante:					
Outras provisões	(177)	-	-	-	(177)
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(8)	-	-	-	(8)
Total do passivo	(185)	-	-	-	(185)
Total líquido	48.757	833	1.067	527	49.824

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos anos.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

A Companhia também optou por uma adoção conservadora no registro de ativos para imposto diferido, constituído em sua maioria sobre base de prejuízo fiscal, a qual mesmo tendo crescido no período de 2020 e 2021, optou por realizar uma redução no registro de imposto diferido no valor de R\$ 13.822. Tal redução se materializa para mantermos registrado apenas valores recuperáveis em até 10 anos e, com a falta de perspectiva a curto prazo para a retomada de atividades e sem projeções de resultados em 2021 devido ao agravamento da COVID-19, optamos pela redução da rubrica mesmo sabendo que tais valores não sofrem prescrição de utilização pela Companhia.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	5.099	5.660
2024	5.161	5.722
2025	5.729	6.290
2026	6.978	7.539
a partir de 2027	21.994	24.798
Total	44.961	50.009

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 17, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 23).

30.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			30/06/21	31/12/20
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(121.269)	(120.967)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	7	2.866	2.443
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	7	168.103	171.247
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	45.741	42.589
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	13.1	(37.557)	(38.462)
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	15.974	25.265
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(5.688)	(7.217)
Total de exposição			68.170	74.898
Efeito no resultado			2.676	(1.653)

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			30/06/21	31/12/20
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(121.720)	(120.967)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	7	5.916	4.627
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	7	188.490	197.287
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	7.642	7.469
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	28.145	34.382
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(22.162)	(22.059)
Total de exposição			86.311	100.739
Efeito no resultado			1.596	4.876

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de CDI + 3,36% ao ano para a emissão de 2018, repactuada em 2020. (nota explicativa nº 17).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 7).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 27).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

30.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia avalia a necessidade de contratação de hedge quando existe risco de exposição à moeda estrangeira com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas do Real, de forma a atender necessidades pontuais de pagamentos de conteúdos estrangeiros.

Para administrar o risco cambial decorrente principalmente da contratação de conteúdos internacionais, realizamos acompanhamento semanal por meio da elaboração de relatório da nossa exposição cambial e efetuamos a contratação de hedge quando necessário. Por possuímos ativos e passivos em moedas diferentes de nossa moeda funcional, a exposição contábil e patrimonial a estas oscilações permanecem nas informações trimestrais financeiras.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Bancos	Ativo ao custo amortizado	Dólar	2.866	2.443	5.916	4.627
Mútuo com controlada no Peru	Ativo ao custo amortizado	Dólar	6.655	6.691	-	-
Mútuo com controladas argentinas	Ativo ao custo amortizado	Dólar	4.351	4.481	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dólar	(36.289)	(37.146)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólar	-	-	(517)	(336)
Total de exposição			(22.417)	(23.531)	5.399	4.291

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;
- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$ 5.500 convertidos para moeda nacional em 30 de junho de 2021 no valor de R\$ 27.512, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras com contratos assinados.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, conseqüentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 30 de junho de 2021 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	30/06/21	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(121.269)	(130.443)	(132.439)	(134.423)
Aplicações financeiras	dos juros	168.103	181.308	184.619	187.910
Exposição líquida		46.834	50.865	52.180	53.487

		Consolidado			
		Cenário			
	Risco	30/06/21	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(121.269)	(130.443)	(132.439)	(134.423)
Aplicações financeiras	dos juros	188.490	202.330	205.800	209.250
Exposição líquida		67.221	71.887	73.361	74.827

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$ 4.031 na controladora e de R\$ 4.666 no consolidado nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados de 2% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de junho de 2021.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 5.346 na controladora e de R\$ 6.140 no consolidado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 6.653 na controladora e de R\$ 7.606 no consolidado.

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 30 de junho de 2021 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	30/06/21	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	2.866	3.037	3.796	4.555
Exposição Líquida		2.866	3.037	3.796	4.555

		Consolidado			
		Cenário			
	Risco	30/06/21	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	5.916	6.268	7.835	9.402
Fornecedores	Aumento	(517)	(548)	(685)	(822)
Exposição Líquida		5.399	5.720	7.150	8.580

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado positivo de R\$ 171 e de R\$ 321 na controladora e consolidado, respectivamente nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 930 e R\$ 1.751 na controladora e consolidado, respectivamente.

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 1.689 e R\$ 3.181 na controladora e consolidado, respectivamente.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 27).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

31. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		30/06/21	31/12/20
Responsabilidade civil geral, estabelecimentos e D&O	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas/pilotos, cruzada e cobertura adicional de montagem e desmontagem, empregados, erros de projeto e circulação de veículos.	40.000	40.000
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers".	33.667	123.064
		73.667	163.064

32. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 154.077.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido no processo judicial contra a Inspiração é de R\$ 43.451 para 30 de junho de 2021 (R\$ 40.363 em 31 de dezembro de 2020).

33. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 10 de agosto de 2020, os programas de outorga de ações restritas a serem celebrados entre a Companhia e seus Diretores, em conformidade com o Plano de Outorga de Ações aprovado na assembleia geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 22 de julho de 2020 (“Plano de Outorga de Ações”), outorgando aos Diretores direito ao recebimento de Ações Restritas, conforme definido no Plano de Outorgada de Ações. Os programas ora aprovados têm o objetivo de alinhamento entre os interesses dos membros da Administração e os interesses da Companhia e o estímulo da sua permanência. O número de Ações Restritas atribuídas aos Diretores respeitará o limite máximo de 10% (dez por cento) das ações representativas do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano de Outorga de Ações.

Para o plano de Ações Restritas foram consideradas as premissas abaixo:

Datas de outorga	Condições de aquisição de direito	Ações existentes	Valor justo (R\$)	Vida remanescente (anos)
05 de agosto de 2019	De 1 a 5 anos de serviço a partir da data de outorga	143.439	3,51 a 6,59	0,6 a 5

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de junho de 2021 e de 2020.

	Consolidado			
	30/06/21			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	498	3.686	73	4.257
Custos	(1.112)	(5.927)	-	(7.039)
Lucro bruto	(614)	(2.241)	73	(2.782)
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(5.477)	(3.956)	-	(9.433)
	(6.091)	(6.197)	73	(12.215)
Despesas administrativas				(11.119)
Resultado financeiro				(4.047)
Prejuízo antes dos impostos				(27.381)

	Consolidado			
	30/06/20			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	6.503	12.899	15.738	35.140
Custos	(12.518)	(22.820)	-	(35.338)
Lucro bruto	(6.015)	(9.921)	15.738	(198)
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(4.796)	(6.139)	-	(10.935)
	(10.811)	(16.060)	15.738	(11.133)
Despesas administrativas				(20.199)
Resultado financeiro				(8.487)
Prejuízo antes dos impostos				(39.819)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Receita líquida				
Argentina	(39)	2.058	524	8.085
Brasil	628	1.125	1.472	25.941
Chile	979	1.074	651	1.114
	1.568	4.257	2.647	35.140
Lucro (prejuízo) bruto				
Argentina	7.795	8.216	(442)	2.445
Brasil	(2.438)	(2.452)	(5.812)	(2.823)
Chile	(7.862)	(8.546)	(21)	180
	(2.505)	(2.782)	(6.275)	(198)
Prejuízo operacional antes dos impostos				
Argentina	(4.853)	(8.313)	(3.106)	(4.591)
Brasil	(10.235)	(18.226)	(18.930)	(36.998)
Chile	101	(148)	(3.390)	2.523
Peru	(313)	(720)	(418)	(802)
USA	11	26	24	49
	(15.289)	(27.381)	(25.820)	(39.819)

35. PREJUÍZO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 33).

O cálculo do prejuízo por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora			
	01/04/21 a 30/06/21	01/01/21 a 30/06/21	01/04/20 a 30/06/20	01/01/20 a 30/06/20
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	(14.238)	(25.303)	(25.476)	(39.273)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	67.412.629	67.412.629	67.286.065	67.286.065
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo diluído por ação	67.412.629	67.412.629	67.573.125	67.573.125
Prejuízo básico por ação - em reais	(0,2112)	(0,3753)	(0,3786)	(0,5837)
Prejuízo diluído por ação - em reais	(0,2112)	(0,3753)	(0,3770)	(0,5812)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse, que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a regularização fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União em face de contribuintes que integram o Setor de Eventos, permitindo a retomada da atividade produtiva em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19.

A Portaria PGFN 7917/2021, de 02/07/2021, estabeleceu procedimentos, requisitos e condições necessárias à realização de transação relativa ao Programa. Diante do desconto concedido, das condições diferenciadas de financiamento e da incerteza de ganho da demanda, a Companhia fez requerimento de adesão à citada transação em 30 de julho de 2021, para débito que até então vinha discutindo na esfera judicial. Tal débito tem origem na ação de execução fiscal cujo objeto era a cobrança de supostas diferenças apuradas no momento do processo de nacionalização de peças de figurino inicialmente importadas sob o regime de admissão temporária para a realização de determinado espetáculo teatral, e cuja probabilidade de perda era considerada por seus assessores jurídicos como possível.

A adesão à negociação foi concretizada em 03 de agosto de 2021, para pagamento do débito de R\$ 4,2 milhões em 145 meses, sendo que o valor das parcelas será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC apurada mensalmente.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

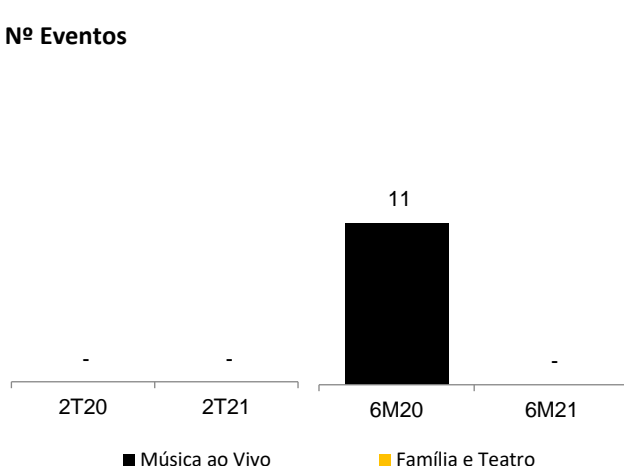
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de agosto de 2021.

Apresentamos a seguir os comentários sobre os resultados consolidados referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021 (2T21). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Informações Trimestrais (ITR).

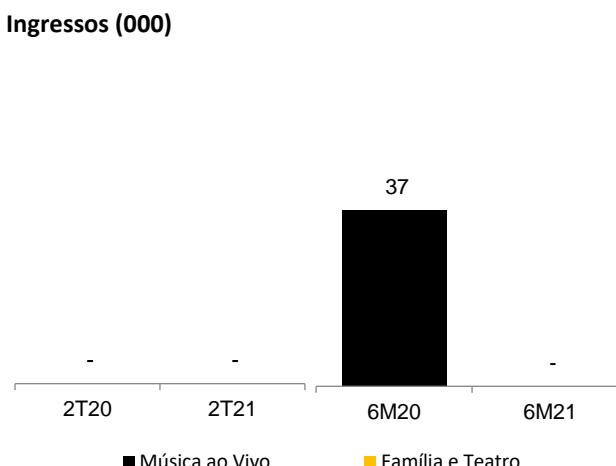
Comentários sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Indicadores Operacionais

Nº Eventos



Ingressos (000)



Devido às restrições impostas ao nosso setor para conter os impactos da pandemia do COVID-19, não promovemos nenhum evento de Música ao Vivo nos segundos trimestres, tanto do ano de 2021 quanto de 2020.

O primeiro trimestre de 2020 foi o último trimestre em que fomos permitidos a promover nossos eventos, até a imposição das restrições em março daquele ano. Desta forma, tivemos 11 apresentações em Música ao Vivo, com 37 mil ingressos vendidos no período de seis meses de 2020. Não houve promoção de eventos de Família e Teatro no período.

Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mm)	6M20	6M21	Var. %	2T20	2T21	Var. %
Promoção de Eventos	6,5	0,5	-92%	(0,0)	0,2	8114%
Música ao Vivo	5,8	0,5	-91%	(0,0)	0,2	4707%
Eventos Família e Teatro	0,1	-	-100%	-	-	n.a.
Eventos Esportivos	0,6	-	-100%	0,0	-	-100%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	12,9	3,7	-71%	1,1	1,4	26%
Patrocínio	15,7	0,1	-100%	1,5	-	-100%
Promoção de Eventos	13,1	0,1	-99%	1,3	-	-100%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	2,6	-	-100%	0,3	-	-100%
TOTAL	35,1	4,3	-88%	2,6	1,6	-41%
Número de Eventos	11	-	-100%	-	-	n.a.
Ingressos Vendidos (000)	37	-	-100%	-	-	n.a.
Preço Médio por Ingresso (R\$)	169	-	-100%	-	-	n.a.

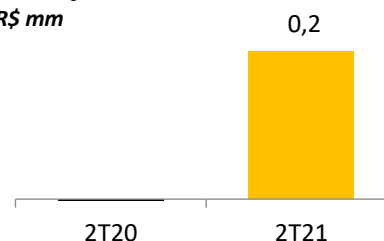
Conforme exposto anteriormente, em decorrência da impossibilidade de promover nossos conteúdos, e suspendemos o reconhecimento dos contratos de patrocínio. Consequentemente, registrou-se uma redução de 41% na receita líquida do 2T21 quando comparada ao 2T20.

Registramos R\$0,2 milhão de receita líquida no 2T21 referente à participação em eventos realizados na nossa casa de espetáculos em Buenos Aires, que operou até o dia 15 de abril, antes de serem impostas restrições ao seu funcionamento devido à nova onda de casos de COVID-19 que afetou a Argentina. Não registramos receitas nessa linha no 2T20 pois não tivemos operação em nenhuma casa de espetáculos neste período.

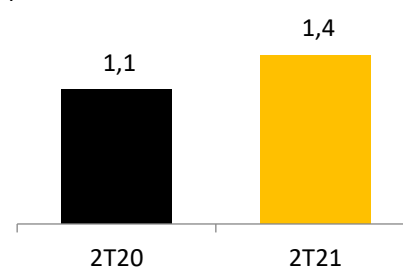
A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e venues aumentou 26% no 2T21 quando comparado ao 2T20, atingindo R\$1,4 milhão, contra R\$1,1 milhão no ano anterior. Este aumento se deve, principalmente, à venda de 215 mil ingressos de promotores terceiros por meio da INTI, que gerou receita líquida aproximada de R\$600 mil. Adicionalmente, registramos cerca de R\$300 mil de receita pela venda de aproximadamente 37 mil ingressos para eventos de terceiros e a realização de 10 eventos no nosso teatro na Argentina no mês de abril, e R\$500 mil pelo aluguel de estruturas de produção no Chile.

Não registramos receita de patrocínios no 2T21, devido à paralização de todos os contratos devido à impossibilidade de promover eventos no período. No 2T20 tivemos R\$ 1,5 milhão de receita, proveniente de patrocínios para eventos promovidos via *live streaming*, bem como parte dos valores de *namings rights* de nossas casas de espetáculo no mês de abril.

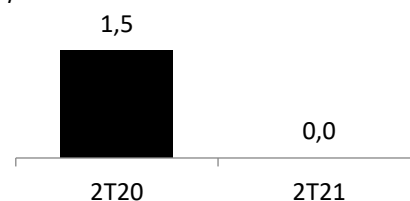
Promoção de Eventos
R\$ mm



Operação de Bilheteria, A&B e Venues
R\$ mm



Patrocínios
R\$ mm



Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ mm)	6M20	6M21	Var. %	2T20	2T21	Var. %
Receita Líquida	35,1	4,3	-88%	2,6	1,6	-41%
Custo	(35,3)	(7,0)	80%	(8,9)	(4,1)	54%
Lucro Bruto	(0,2)	(2,8)	-1309%	(6,3)	(2,5)	60%
Margem Bruta (%)	-0,6%	-65,2%	-64,6 p.p.	-236,9%	-159,2%	77,7 p.p.
Promoção de Eventos	(6,0)	(0,6)	90%	0,2	(1,2)	-716%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	(9,9)	(2,2)	77%	(8,0)	(1,3)	84%
Patrocínio	15,7	0,1	-100%	1,5	(0,0)	-100%

O lucro bruto do 2T21 foi negativo em R\$2,5 milhão versus R\$6,3 milhões, também negativos, no 1T20. A melhora de 60% no segundo trimestre de 2021 se deve, principalmente, ao menor custo fixo relacionado às casas de espetáculo de Rio de Janeiro e Belo Horizonte, entregues durante o ano de 2020, e de São Paulo,

cuja operação foi encerrada no 1T21. Este resultado positivo está destacado na linha de Operação de Bilheteria, A&B e Venues.

O resultado é parcialmente compensado pela piora nas linhas de Promoção de Eventos e Patrocínios, devido ao impedimento de promover conteúdos no período, e consequentemente, a paralização dos contratos de patrocínio.

Despesas Operacionais

Despesas Operacionais (R\$ mm)	6M20	6M21	Var. %	2T20	2T21	Var. %
Vendas	(0,6)	(0,5)	20%	(0,1)	(0,2)	-199%
Gerais e Administrativas	(22,6)	(14,9)	34%	(9,3)	(6,1)	35%
Remuneração dos Administradores	(4,3)	(3,2)	27%	(2,0)	(1,7)	19%
SG&A	(27,6)	(18,6)	33%	(11,4)	(7,9)	30%
Outras receitas (despesas) operacionais	(3,5)	(2,0)	44%	(3,2)	(2,8)	11%
Total	(31,1)	(20,6)	34%	(14,6)	(10,8)	26%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>88,6%</i>	<i>482,3%</i>	<i>393,7 p.p.</i>	<i>552,4%</i>	<i>686,5%</i>	<i>134,1 p.p.</i>

O SG&A do 2T21 diminuiu 30% versus o 2T20 como resultado do foco da Companhia na contenção de gastos, com a adoção tempestiva de ações, tais como: (i) redução de 36% da estrutura de pessoal no Brasil durante o 1T21 (adicional à redução de 45% feita no 1T20), com o advento da nova onda de infecções por COVID-19; (ii) implantação de plano de demissão voluntária na Argentina em fevereiro de 2021, dada a proibição de se fazer demissões no país, reduzindo em 25% a estrutura local; e (iii) renegociação de todos os contratos de prestação de serviços, resultando na diminuição, cancelamento ou suspensão destes.

O total das Outras receitas (despesas) operacionais foi negativo em R\$2,8 milhões no 2T21, composto principalmente por provisões para contingência e resultados de processos judiciais, majoritariamente composto pela provisão para perda provável de um processo cível na Argentina. Este resultado representou melhora de 11% frente ao observado no 2T20, quando foram registrados R\$3,2 milhões negativos, compostos principalmente por provisões para contingência e resultados de processos cíveis no valor negativo de R\$1,7 milhão e trabalhistas no valor negativo de R\$1,3 milhão.

EBITDA e EBITDA Ajustado

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	6M20	6M21	Var. %	2T20	2T21	Var. %
Lucro Líquido (Prejuízo)	(39,7)	(26,1)	34%	(25,6)	(14,6)	43%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(0,1)	(1,3)	-1345%	(0,2)	(0,7)	-298%
(+) Resultado Financeiro Líquido	8,5	4,0	-52%	4,9	2,0	-59%
(+) Depreciação	10,8	(1,0)	-109%	5,4	1,2	-77%
=EBITDA	(20,6)	(24,3)	-18%	(15,5)	(12,0)	22%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-58,5%</i>	<i>-570,1%</i>	<i>-511,6 p.p.</i>	<i>-585,5%</i>	<i>-766,4%</i>	<i>-180,9 p.p.</i>
(-) Condenações e provisões de contingência	3,3	0,1	-98%	3,3	2,4	-29%
(+) Baixas de ativos referentes à venue de São Paulo	-	2,5	n.a.	-	-	n.a.
EBITDA Ajustado (excl. efeitos não-recorrentes)	(17,3)	(21,8)	-26%	(12,2)	(9,7)	21%
<i>Margem EBITDA ajustada (excl. efeitos não-recorrentes)</i>	<i>-49,1%</i>	<i>-511,1%</i>	<i>-462,0 p.p.</i>	<i>-460,9%</i>	<i>-616,5%</i>	<i>-155,6 p.p.</i>

O EBITDA do 2T21 ficou negativo em R\$12,0 milhões na visão contábil e R\$9,7 milhões na visão ajustada, representando melhora de 22% e 21% frente aos resultados do 2T20, negativos em R\$15,5 milhões e R\$12,2 milhões, respectivamente. Esta melhora se deve a (i) lucro bruto melhor que o ano anterior devido,

principalmente, ao menor nível de custos fixos após a devolução das casas de espetáculo, e (ii) redução de 26% nas Despesas da Companhia, fruto da disciplina da gestão em reduzir gastos durante a pandemia.

Na visão ajustada, excluem-se (i) os efeitos das condenações e provisões de contingência, bem como (ii) o resultado da baixa de ativos referentes à casa de espetáculos de São Paulo, contabilizados durante o 1T21. Assim como no trimestre passado, o EBITDA registrado neste trimestre é o melhor desde o 1T20, último período em que a Companhia pode promover eventos, reflexo das diversas ações implementadas no período para mitigar os efeitos da pandemia sobre o nosso negócio. O resultado registrado no 2T21 é ainda R\$0,2 milhão melhor que o do 1T21 na visão contábil, e R\$2,4 milhões melhor na visão ajustada.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mm)	6M20	6M21	Var. %	2T20	2T21	Var. %
Receitas Financeiras	2,7	2,5	-6%	1,5	1,6	6%
Juros Ativos	0,5	0,0	-95%	(0,1)	0,0	112%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2,1	2,5	18%	1,6	1,5	-2%
Outros	0,1	0,0	-88%	0,0	0,0	-80%
Despesas Financeiras	(8,0)	(7,5)	6%	(2,8)	(3,8)	-35%
Juros Passivos	(0,2)	(0,2)	-33%	(0,0)	(0,1)	-218%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(3,1)	(3,5)	-12%	(1,4)	(1,9)	-36%
Impostos sobre Transações Financeiras	(0,5)	(0,2)	58%	(0,2)	(0,1)	66%
Outros	(4,3)	(3,6)	15%	(1,2)	(1,7)	-47%
Receitas - Despesas Financeiras	(5,3)	(5,0)	6%	(1,4)	(2,3)	-68%
Variação Cambial, Monetária e Hiperinflação	(3,2)	1,0	130%	(3,6)	0,3	108%
Variação Cambial	1,2	4,9	321%	(1,1)	1,5	238%
Variação Monetária	(0,8)	(1,8)	-138%	(0,1)	(0,3)	-149%
Variação Hiperinflação	(3,6)	(2,2)	39%	(2,4)	(0,9)	62%
Resultado Financeiro Líquido	(8,5)	(4,0)	52%	(4,9)	(2,0)	59%

No 2T21, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$2,0 milhões, 59% melhor que o registrado no 2T20, negativo em R\$4,9 milhões. Esta variação é composta principalmente por:

- (i) Juros sobre debêntures maiores em R\$0,5 milhão, resultado do aumento da taxa básica de juros, SELIC, em 2,0 p.p., indo de 2,25% a.a. no final do 2T20 para 4,25% a.a. no final do 2T21, somado ao maior custo das debêntures com o seu reperfilamento em novembro de 2020;
- (ii) Variação Cambial, Monetária e Hiperinflacionária num valor R\$3,9 milhões melhor no 2T21 em relação ao 2T20, resultado principalmente da devolução de cachês pagos antecipadamente para artistas internacionais em dólar, com impacto positivo de R\$3,6 milhões devido ao maior câmbio registrado na devolução em relação ao momento em que os cachês foram pagos em 2020.

Lucro Líquido (Prejuízo)

Lucro Líquido (Prejuízo) (R\$ mm)	6M20	6M21	Var. %	2T20	2T21	Var. %
Resultado Antes de Impostos	(39,8)	(27,4)	31%	(25,8)	(15,3)	41%
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(0,7)	(0,3)	53%	(0,3)	(0,1)	56%
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	0,8	1,6	105%	0,5	0,8	85%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(39,7)	(26,1)	34%	(25,6)	(14,6)	43%
Margem Líquida (%)	-113,1%	-612,7%	-499,7 p.p.	-968,3%	-927,6%	40,7 p.p.
(-) Condenações e provisões de contingência	3,3	2,1	-98%	3,3	2,5	-23%
(+) Baixas de ativos referentes à venue de São Paulo	-	2,5	n.a.	-	-	n.a.
(-) Baixa de Passivo de Arrendamento	-	(4,9)	-26%	-	-	n.a.
Lucro Líquido (Prejuízo) (excl. efeitos não-recorrentes)	(36,4)	(26,5)	27%	(22,3)	(12,0)	46%
Margem Líquida (excl. efeitos não-recorrentes) ⁽¹⁾	-103,7%	-620,9%	-517,2 p.p.	-843,7%	-766,6%	77,1 p.p.

Como resultado dos efeitos mencionados anteriormente, o Prejuízo Líquido do 2T21 foi de R\$14,6 milhões, 43% melhor que o valor de R\$25,6 milhões registrado no 2T20. Já o Prejuízo Líquido Ajustado foi de R\$12,0 milhões no 2T21, 46% melhor que o prejuízo de R\$22,3 milhões registrado no 2T20.

Os ajustes realizados no 2T21 foram de R\$2,5 milhões, referentes ao de resultado de decisões judiciais e provisões de contingência, sendo R\$2,4 milhões registrados em Outras Despesas Operacionais, conforme descrito na seção “EBITDA e EBITDA Ajustado”, e R\$0,1 milhão reconhecido na linha de Despesas Financeiras, referente à parcela de provisão para contingência materializada correspondente à atualização monetária e multa. Nos seis primeiros meses de 2021, adicionam-se ajustes referentes ao (i) resultado de decisões judiciais e provisões de contingência no valor positivo de R\$0,5 milhões, (ii) R\$2,5 milhões referentes a baixas de ativos ligados ao encerramento da operação da casa de espetáculos de São Paulo, bem como (iii) R\$4,9 milhões positivos referentes à baixa do passivo de arrendamento ligado ao contrato de aluguel da casa de espetáculos de São Paulo, conforme descrito na seção “Lucro Bruto”, no valor de R\$5,1 milhões, parcialmente descontado de R\$0,2 milhão de despesas financeiras. Comparativamente ao mesmo período de 2020, foram ajustados somente R\$3,3 milhões, sendo R\$1,7 milhão referente a processos cíveis em autuações do Procon sobre os conteúdos de *Blue Man Group* em 2009 e *Metallica* em 2010, e R\$1,3 milhão referente a processos trabalhistas do Metropolitan.

Capital de Giro

Capital de Giro (R\$ mm)	2T20	1T21	2T21	Var. % (2T21/2T20)	Var. % (2T21/1T21)
Ativo Circulante	144,3	122,1	105,6	-13%	-27%
Contas a Receber	33,7	27,6	28,1	2%	-17%
Estoques	1,0	0,9	0,8	-7%	-19%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	83,5	52,7	32,9	-38%	-61%
Imposto a Recuperar	24,3	27,0	30,9	15%	27%
Outras contas a receber	1,7	13,9	12,8	-8%	672%
Passivo Circulante	180,4	168,4	161,9	-4%	-10%
Fornecedores	29,6	28,0	22,2	-21%	-25%
Adiantamento de Clientes	138,8	131,8	131,9	0%	-5%
Salários, provisões e contribuições sociais	5,0	1,5	1,3	-15%	-74%
Impostos e contribuições a recolher	3,4	2,0	1,8	-11%	-48%
Outras obrigações	3,6	5,0	4,8	-5%	33%
Capital de Giro	(36,1)	(46,3)	(56,3)	-22%	-56%

O capital de giro no 2T21 ficou negativo em R\$56,3 milhões, versus R\$46,3 milhões negativos no 2T21 e R\$36,1 milhões negativos no 2T20.

A variação de R\$10,0 milhões no segundo trimestre deste ano, versus o trimestre imediatamente anterior se deve majoritariamente ao (i) recebimento da devolução de cachês pagos antecipadamente a artistas cujos shows foram cancelados, no valor total de R\$16,6 milhões, parcialmente compensado pela (ii) diminuição de R\$5,8 milhões na conta de Fornecedores, pela baixa de contratos relativos a eventos cancelados. Majoritariamente os mesmos efeitos causam a variação de R\$20,2 milhões frente ao mesmo período de 2020.

O capital de giro em patamar negativo é inerente ao nosso modelo de negócios, em que vendemos ingressos antecipadamente, bem como recebemos antecipadamente alguns patrocínios (registrados em Adiantamentos de Clientes), ao passo que a maior parte dos pagamentos a fornecedores relacionados aos conteúdos que promovemos são registrados na rubrica de Custos Antecipados.

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	6M20	6M21	Var. %	2T20	1T21	2T21	Var. % (2T21/2T20)	Var. % (2T21/1T21)
Saldo de Caixa + Aplicações (BoP) ⁽²⁾	209,7	201,9	-4%	222,5	201,9	205,0	-8%	2%
Fluxo de Caixa Operacional	3,8	(8,7)	-327%	(9,2)	(4,3)	(4,3)	53%	1%
Fluxo de Caixa de Investimento	(0,6)	(1,8)	-204%	(0,2)	(0,6)	(1,2)	-692%	-113%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(9,6)	(5,0)	48%	(5,0)	(2,0)	(3,0)	39%	-49%
Var. Cambial sobre Investimentos e Caixa no Exterior	14,7	8,0	-46%	9,8	10,0	(2,0)	-121%	-120%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	8,3	(7,5)	-191%	(4,6)	3,1	(10,6)	-131%	-446%
Saldo de Caixa + Aplicações (EoP)	217,9	194,4	-11%	217,9	205,0	194,4	-11%	-5%
Empréstimos e Financiamentos - CP	48,9	21,7	-56%	48,9	2,5	21,7	-56%	758%
Passivo de Arrendamento - CP	17,7	4,4	-75%	17,7	3,7	4,4	-75%	19%
Empréstimos e Financiamentos - LP	72,0	100,0	39%	72,0	120,0	100,0	39%	-17%
Passivo de Arrendamento - LP	22,2	7,2	-68%	22,2	4,7	7,2	-68%	55%
Endividamento Total	160,7	133,3	-17%	160,7	130,8	133,3	-17%	2%
Caixa (Dívida) Líquido	57,2	61,1	7%	57,2	74,1	61,1	7%	-18%
Caixa (Dívida) Líquido de dívida financeira	97,1	72,7	-25%	97,1	82,4	72,7	-25%	-12%

(2) Até o 3T20, a empresa possuía saldo de aplicações no valor de R\$5,0 milhões, cujo resgate no 4T20 impactou o Fluxo de Caixa de Investimentos apresentada nas Demonstrações Financeiras, porém gerencialmente sem efeito para este fluxo de caixa.

Encerramos o 2T21 com R\$194,4 milhões em caixa, versus R\$ 205,0 milhões no 1T21 e R\$217,9 milhões no 2T20. Os principais efeitos no Fluxo de Caixa foram:

- **Fluxo de Caixa Operacional:** resultado em linha com o do trimestre imediatamente anterior, e 53% melhor que o mesmo período do ano passado, evidenciando a disciplina da Companhia na redução do dispêndio de caixa no período da pandemia;
- **Fluxo de Caixa de Investimentos:** a variação negativa de R\$0,6 milhão no 2T21 contra o 1T20 se deve a investimentos em software de gestão e evolução da ticketeira INTI;
- **Fluxo de Caixa de Financiamento:** o aumento de 49% no consumo de caixa nessa linha em comparação ao 1T21 se deve, majoritariamente ao pagamento de juros das debêntures, realizado em maio, no valor de R\$3,2 milhões, parcialmente compensado pelo menor nível de amortização de passivos de arrendamento, R\$1,4 milhão menor que o registrado no trimestre imediatamente anterior;
- Por fim, registrou-se **variação cambial** negativa de R\$2,0 milhões, fruto da desvalorização dos investimentos e das disponibilidades em moeda estrangeira no trimestre. Este efeito foi parcialmente compensado pelo resultado positivo de R\$3,6 milhões no ganho com a diferença de cotação no recebimento da devolução de cachês de shows cancelados de artistas internacionais, pagos antecipadamente em 2020 a uma cotação menor que a atual.

Conforme exposto no relatório do 1T21, em 17 de março de 2021, a Lei 14.046, originalmente aprovada em 24 de agosto de 2020, foi reeditada. Esta lei que estabelece, dentre outros efeitos, a não devolução dos valores dos ingressos de shows adiados ou cancelados, tendo em vista que serão convertidos em crédito para utilização posterior em outros eventos da Companhia. Com a sua reedição, a lei se aplica aos eventos adiados ou cancelados até 31 de dezembro de 2021, podendo seus créditos serem utilizados até 31 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos – PERSE, que reuniu um conjunto de medidas para apoiar a retomada do setor, dentre elas a isenção de tributos federais por tempo determinado e a possibilidade de regularização fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União em face de contribuintes que

integram o Setor de Eventos, permitindo assim a retomada da atividade produtiva em razão dos efeitos da pandemia de COVID-19.

Somadas às demais ações tomadas pela Companhia para a preservação do seu caixa, estas leis contribuem para a preservação da nossa posição de caixa, trazendo mais segurança para atravessar esse momento turbulento e permitindo a implementação das ações traçadas no nosso planejamento estratégico.

Com isso, encerramos o 2T21 com: (i) endividamento total de R\$133,3 milhões, R\$2,5 milhões superior à posição do 1T21, resultado principalmente da renovação de contratos de aluguel de longo prazo dos imóveis da Companhia, registrado na linha de passivos de arrendamento; (ii) caixa líquido de dívida financeira de R\$72,7 milhões, R\$9,7 inferior à posição observada no 1T21, redução relacionada, principalmente à impossibilidade de operar nossos eventos no período devido às restrições impostas para conter a pandemia da COVID-19, bem como o efeito negativo da variação cambial sobre as disponibilidades em moeda estrangeira no período, e; (iii) caixa líquido de R\$61,1 milhões, inferior em R\$13,0 milhões quando comparado à posição observada no 2T20, pela soma dos fatores citados anteriormente.

Pipeline de Eventos

Após um longo período sem anúncios de novos conteúdos, ou operação das nossas casas de espetáculos localizadas no Brasil, a desaceleração dos números da pandemia diretamente ligada ao avanço da vacinação da população, permitirá que iniciemos nos próximos dias a venda do espetáculo “Charlie e a Fantástica Fábrica de Chocolate”. Este musical será realizado por produtor terceiro, no Teatro Renault, e marcará o retorno dos musicais ao nosso teatro, cuja última peça foi O Fantasma da Ópera, apresentado nos anos de 2018 e 2019.

Nos mantemos em constante contato com governos locais e artistas, e esperamos poder anunciar em breve novas atrações, não somente teatrais, mas também de música ao vivo, de forma a recompor nosso pipeline de eventos. Os últimos meses marcaram o retorno de grandes eventos ao hemisfério norte, onde a vacinação já está mais avançada, destacando-se a realização, com sucesso, do Lollapalooza Chicago, no último final de semana de julho.

Estes eventos, somados ao arrefecimento da pandemia no país e o crescente ritmo de imunização da população no Brasil reforçam nossas expectativas quanto ao retorno das nossas atividades de música ao vivo no início de 2022.